

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico

**Mídia Cidadã e Desenvolvimento Sustentável: mapeamento e análise
de rádios comunitárias em áreas de conflito socioambiental na Amazônia**

**Prof^a. Dr^a Rosane Maria Albino Steinbrenner
Faculdade de Comunicação - FACOM
Universidade Federal do Pará - UFPA
Belém, 2012**

Identificação da proposta

- **Referência:** Edital MCTI/CNPq/MEC/CAPES N ° 18/2012
- **Modalidade:** Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas
- **Comitê Assessor:** AC – Artes, Ciências da Informação e Comunicação
- **Área do Conhecimento:** Comunicação - Radiodifusão
- **Título do Projeto:** Mídia Cidadã e Desenvolvimento Sustentável: mapeamento e análise de rádios comunitárias em áreas de conflito socioambiental na Amazônia
- **Nome da coordenadora:** Prof^a. Dra. Rosane Maria Albino Steinbrenner
- **Data de Início:** 12/2012
- **Duração:** 24 meses
- **Palavras-chave:** rádios comunitárias, mídia cidadã, desenvolvimento sustentável, conflitos socioambientais, Amazônia
- **Instituição:** Faculdade de Comunicação (FACOM) – Instituto de Letras e Comunicação (ILC) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM) - Universidade Federal do Pará (UFPA)
- **Endereço:** Av. Augusto Corrêa, nº 01, Cidade Universitária José Silveira Netto, Bairro do Guamá – CEP: 66075-110, Belém (PA).
- **Telefones:** (91) 3201-8490 e (91) 9121-2061
- **E-mail 1:** nani.steinbrenner@gmail.com
- **Email 2:** steinbrenner@ufpa.br

Qualificação do principal problema a ser abordado

Esta proposta tem como objeto de estudo *rádios comunitárias situadas em áreas de conflito socioambiental na Amazônia Legal*, seja por risco potencial ou em curso devido à disputa por território ou pelo uso de recursos naturais e considerando as grandes obras de impacto (hidrelétricas, rodovias, mineração), mas também as Áreas de Proteção (Unidades de Proteção Integral e de Uso Sustentável) na região amazônica. A meta é gerar uma **cartografia sobre comunicação cidadã e desenvolvimento sustentável** na Amazônia e assim produzir insumos para o fortalecimento da comunicação comunitária como espaço de contra-hegemonia midiática e consequente empoderamento de grupos locais nas decisões que afetem seu bem-estar.

Mídia cidadã entendida como o meio comunicativo que se origina e/ou desenvolve-se como um projeto político-cultural capaz de promover cidadania na comunidade onde atua, sendo assim capaz de gerar consciência política e mudanças sociais na sua comunidade, seja ela geográfica ou movida por afinidades. *Desenvolvimento sustentável* como noção de caráter multidimensional, ou seja, vincula o adjetivo “sustentabilidade” não só a sua dimensão ambiental e econômica, mas também social e cultural (SACHS, 2005; VEIGA, 2004). Tem o “local” como palco central da territorialidade e a endogenia como vetor do desenvolvimento (BARQUEIRO, 2002) pressupondo, portanto, o protagonismo dos atores locais como fator central na construção de um desenvolvimento humano (SEN, 2000) local sustentável.

Estão previstas duas etapas de coleta e análise de dados com metodologias distintas. Na primeira etapa, de caráter quantitativo, considerada como a fase de mapeamento e identificação do cenário de pesquisa, serão levantados e cruzados dados secundários georeferenciados 1) das emissoras comunitárias licenciadas pelo governo; 2) dos demais meios massivos de comunicação existentes em localidades dos Estados que formam a Amazônia Legal; 3) das Unidades de Conservação e Terras Índigenas criadas ou previstas e 4) das grandes obras de impacto (públicas ou privadas) em construção ou previstas na região amazônica.

Na segunda fase, de caráter exploratório e qualitativo a partir do estudo de caso (Yin, 1994), serão selecionados, a partir do mapeamento concluído na fase anterior, quatro (4) casos de emissoras comunitárias licenciadas e em funcionamento em localidades amazônicas afetadas por situações de conflito socioambiental potencial ou em curso

para fins de estudo de sua programação por meio de análise de conteúdo, no intuito de verificar se e como, por meio do acionamento de que fontes, estas emissoras estão produzindo informação sobre as situações de impacto socioambiental em sua localidade ou região. Estaremos também identificando a partir da noção de *campo midiático* a posição dessas rádios comunitárias no jogo de forças entre os atores envolvidos.

Nessa etapa, complementar na constituição de uma cartografia sobre comunicação cidadã e desenvolvimento sustentável na região, as perguntas que se buscará responder são: i) As rádios comunitárias são capazes de comunicar eventos de interesse local, em especial sobre disputas ou conflitos por território ou uso de recursos naturais que afetem diretamente o lugar ou região onde estão sediadas, e produzir outras versões dos fatos que não aparecem nos grandes meios ou na mídia comercial? ii) Em caso positivo, quais as condições que permitem; e em caso negativo quais as condições que limitam ou impedem; que as emissoras comunitárias possam ser de fato um canal para a população organizada exercitar localmente uma comunicação plural, democrática e sustentável?

Amazônia e rádios comunitárias

A Amazônia Legal, definida administrativamente para fins de planejamento, inclui os Estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Roraima, Rondônia, Mato Grosso, Tocantins e parte do Maranhão¹. Área total que corresponde a sete vezes o tamanho da França (cerca de 5,2 milhões de km²), cerca de 60% do território brasileiro, e abriga uma população aproximada de 22 milhões de habitantes, grande parte concentrada nas capitais e cidades médias, altamente heterogênea étnica e culturalmente - dentre a qual ribeirinhos, centenas de grupos indígenas e mais de mil povoados quilombolas² - e a maior biodiversidade³ do planeta em termos de flora e fauna, além

¹ Definida pela Lei 1806 de 1953 que criou a SPVEA (Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia) - definição que se mantém até hoje - a Amazônia Legal ou Amazônia Brasileira inclui os sete estados da região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia, Tocantins) e mais o estado de Mato Grosso e parte do Maranhão (a oeste do Meridiano 44).

² Dados da Funai (IBGE 2010) computam 204 grupos indígenas na Amazônia. Já o projeto Nova Cartografia Social Brasileira mapeou mais de 1000 comunidades quilombolas na Amazônia Legal. São 750 comunidades no Maranhão, mais de 400 no Pará, quase 100 no Tocantins e dezenas no Amapá e no Amazonas, além de Rondônia. As próprias comunidades participam do processo de elaboração dos mapas em toda a Amazônia.

³ Quando se fala em "biodiversidade" e "Amazônia" os números são todos grandiloquentes e desenham a complexidade sócio-ambiental, atual e potencial das inter-relações em jogo: maior bacia hidrográfica do planeta³, com 1/5 do reservatório mundial de água doce, abriga a maior

da maior reserva de água doce e um dos mais ricos subsolos em termos minerais. Assim, seja como reserva de uso presente ou de valor futuro (BECKER, 2004), é região com fortes contrastes de interesses que resultam em palco de disputas intensamente desiguais em torno do uso ou não uso de seus recursos naturais.

Historicamente a Amazônia tem sido pautada como fonte disponível de riquezas naturais para a solução de problemas externos – sejam eles lusitanos no passado distante; nacionais, a partir das políticas desenvolvimentistas dos anos 70 que se renovam na atualidade, ou globais, diante das noções de biodiversidade e sustentabilidade planetária (STEINBRENNER, 2008). Tradicionalmente também, os discursos que constroem sentidos e visões sobre o que é a Amazônia e a quem suas riquezas naturais devem beneficiar têm sido pautados por modelos de desenvolvimento pensados “de fora pra dentro”, modelos de “modernização periférica” (SOUZA, 2003), onde tradicionalmente as populações locais permanecem excluídas da possibilidade de serem protagonistas nas escolhas que afetam o seu destino e bem estar.

As rádios comunitárias, entendidas como emissoras que “têm gestão pública, operam sem fins lucrativos e têm programação plural” (PERUZZO, 1999, p. 252-253), surgem nesse sentido com potencial estratégico na articulação de novos arranjos institucionais e (re)posicionamentos de grupos sociais no campo da comunicação e assim, por conseguinte, no campo do desenvolvimento da região. Elas são reconhecidas idealmente como meios de contra-poder, de expressão democrática e de pertencimento local (LEAL, 2007). Buscam, como afirma Peruzzo (2009) provocar a reinvenção de um modelo de comunicação de interesse público.

No Brasil, as rádios comunitárias, institucionalizadas no final dos anos de 1990 pela aprovação da Lei de Radiodifusão Comunitária (Lei 9.612/98), já superam numericamente (4.049) o número de emissoras comerciais (1.868 FMs; 1.641 OMs – MINICOM, 2012). Na Amazônia cerca de 300 emissoras comunitárias já foram licenciadas pelo Ministério das Comunicações e em inúmeros casos, em especial em regiões mais isoladas, são elas o único meio local de comunicação existente. Única alternativa, portanto, com potencialidade para produzir informação sobre a realidade do lugar, promover a cultura local, gerar interação e abrir espaço para as manifestações e bandeiras sociais da comunidade.

extensão contínua de florestas tropicais numa área de aproximadamente 5 milhões de quilômetros quadrados (UHL *et al*, 1997 apud VERÍSSIMO e BARRETO, 2004). Com uma impressionante diversidade de espécies de plantas e animais é também a região com maior taxa absoluta de desmatamento no mundo (ALENCAR *et al*, 2004).

Representam, dessa maneira, manifestação potencial de uma comunicação onde o *popular* se alia ao *alternativo*. Popular, nesse caso, querendo dizer “tornar possível a expressão das aspirações e expectativas coletivas produzidas por e desde os grupos sociais de base” (CANCLINI, 2008, p.159), enquanto *alternativo* se referindo a uma posição crítica e criativa de contra-hegemonia midiática.

Desenvolvimentismo e grandes obras

O *desenvolvimentismo*, modelo inspirado pelas teorias da modernização, centrado numa ação política ativa do Estado como regulador e orientador do desenvolvimento nacional (MOTA, 2001), independente do estilo e da vertente ideológica, tem sido a tônica dos governos brasileiros desde Vargas até hoje, com profundas marcas sobre a Amazônia. A colonização dirigida na Amazônia implantada pelos militares nos anos de 1970 de forma discricionária e sem consulta ou reconhecimento das populações nativas, com a abertura da Rodovia Transamazônica e a migração de milhares de famílias para a região, é um exemplo bem acabado de desenvolvimentismo de alto impacto promovido pelo Estado (HALL, 1991; MORAIS, 2003; MONTEIRO DA COSTA, 2003; STEINBRENNER, 2011).

Atualmente, tanto o PAC, Programa de Aceleração do Crescimento do governo federal, quanto regionalmente a Iniciativa de Integração da Infra-estrutura Sul-Americana (IIRSA), têm em seu “DNA” os ideais desenvolvimentistas. A IIRSA corresponde a uma iniciativa dos doze países sul-americanos, organizada a partir da experiência brasileira de planejamento territorial, conhecida como Estudo dos Eixos, realizada pelo Ministério do Planejamento (MP) em conjunto com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no ano 2000. O objetivo é a realização de ações conjuntas para se impulsionar o processo de integração política, econômica e social da América do Sul, incluindo a modernização da infraestrutura regional e ações específicas para estimular a integração e o desenvolvimento de sub-regiões isoladas. A carteira de projetos da IIRSA é composta por 514 projetos com um custo total de, aproximadamente, US\$ 86 bilhões (Ministério do Planejamento, 2012).

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para a região também traz as marcas evidentes do modelo de desenvolvimento dinâmico de alto impacto. Estudo recente realizado pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) e disponível no Observatório dos Investimentos na Amazônia⁴ evidencia que os investimentos

⁴ http://observatorio.inesc.org.br/visualizar_noticias.php?id=593

planejados no âmbito do PAC provocarão grandes transformações nos modos de vida e nos territórios onde vivem povos Indígenas na região. Das 82 obras de transporte para a região, ao menos 43 projetos financiados pelo governo federal provocarão mudanças irreversíveis nos territórios onde vivem pelo menos 30 povos indígenas na Amazônia. Um outro estudo feito em 2007 pela ONG Conservação Internacional (CI-Brasil)⁵, afirma que quase metade da área das unidades de conservação do país poderia ser afetada diretamente por projetos de infra-estrutura nacionais e intercontinentais, como do PAC e IIRSA, a maior parte na Amazônia brasileira.

Áreas Protegidas na Amazônia⁶

Em dezembro de 2010, as Áreas Protegidas na Amazônia Legal somavam 2.197.485 quilômetros quadrados (km²), ou 43,9% da região, ou ainda 25,8% do território brasileiro. Desse total, as Unidades de Conservação (federais e estaduais) correspondiam a 22,2% do território amazônico enquanto as Terras Indígenas homologadas, declaradas e identificadas abrangiam 21,7% da mesma região.

Áreas Protegidas são instrumentos eficazes para resguardar a integridade dos ecossistemas, a biodiversidade e os serviços ambientais associados, tais como a conservação do solo e proteção das bacias hidrográficas, a polinização, a reciclagem de nutrientes e o equilíbrio climático, entre outros. A criação e a implementação das Áreas Protegidas também contribui para assegurar o direito de permanência e a cultura de populações tradicionais e povos indígenas previamente existentes.

As Unidades de Conservação são áreas instituídas e geridas pelo poder público federal, estadual ou municipal. De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC – Lei nº 9.985/2000), as UCs podem ser classificadas em dois grupos: de Proteção Integral e de Uso Sustentável. Por sua vez, cada grupo é subclassificado em diversas categorias, de acordo com o grau e o tipo de restrição de uso.

As Unidades de Proteção Integral são aquelas destinadas à preservação da biodiversidade, sendo permitida somente a pesquisa científica e, em alguns casos, o turismo e atividades de educação ambiental, desde que haja prévia autorização do

⁵ <http://www.conservation.org.br/noticias/noticia.php?id=240>

⁶ Os dados sobre Áreas Protegidas na região amazônica integram o estudo desenvolvido pelo IMAZON (Instituto do Homem e Meio Ambiente) e Instituto Sócio Ambiental “ Áreas de Proteção na Amazônia: avanços e desafios” (VERÍSSIMO et al, 2011).

órgão responsável. As categorias deste grupo são: Estação Ecológica (Esec), Reserva Biológica (Rebio), Parque Nacional/Estadual (Parna/PES), Monumento Natural (Monat) e Refúgio de Vida Silvestre (RVS).

As UCs de Uso Sustentável são aquelas destinadas tanto à conservação da biodiversidade como à extração racional dos recursos naturais. As populações denominadas tradicionais podem permanecer em seu interior, desde que realizem atividades sob regime de manejo (SNUC, 2002). As categorias deste grupo são: Área de Proteção Ambiental (APA), Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), Floresta Nacional/Estadual (Flona/Flota), Reserva Extrativista (Resex), Reserva da Fauna (RF), Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

Originalmente, somente as UCs eram consideradas Áreas Protegidas. Porém, a partir de 2006, o Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) incluiu neste conceito as Terras Indígenas e os Territórios Quilombolas (Decreto n.º 5.758/2006), pois ambos também abrangem “áreas naturais definidas geograficamente, regulamentadas, administradas e/ou manejadas com objetivos de conservação e uso sustentável da biodiversidade” (PNAP, 2006).

As Terras Indígenas são territórios da União onde os indígenas têm direito à posse permanente e ao usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, de acordo com a Constituição Federal de 1988. Na Amazônia brasileira há 414 TIs, somando 1.086.950 km², com o objetivo de proteger não apenas a imensa diversidade sociocultural da região, como a riqueza do conhecimento e dos usos tradicionais que os povos indígenas fazem dos ecossistemas e da biodiversidade. Atualmente, habitam a região 173 diferentes povos indígenas e existem indícios de aproximadamente 46 outros grupos não contatados. A população indígena amazônica soma cerca de 450 mil índios, que falam mais de 150 idiomas diferentes (RODRIGUEZ, 2006; RICARDO & RICARDO, 2006).

Os Territórios Quilombolas, que também integram áreas de proteção territorial e ambiental, somam até agosto de 2010, segundo o Incra, cerca de 9.700 km² (0,2% da Amazônia) num total de 104 territórios reconhecidos, abrangendo 183 comunidades, onde reside uma população estimada em 11.500 famílias (INCRA, 2010). Existem, no entanto, muitas comunidades quilombolas ainda não reconhecidas como tal e sem áreas com limites definidos, especialmente na porção oriental da Amazônia.

As Áreas Protegidas, no entanto, não estão imunes aos impactos humanos. Em uma década – entre 1998 e 2009 – o desmatamento nessas áreas alcançou 12.204 km², o

que corresponde a 47,4% do desmatamento acumulado até 2009 dentro de Unidades de Conservação e Terras Indígenas. Nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável (excluídas as APAs), o percentual de território desmatado chegava a 3,7% (em igual período), enquanto nas Unidades de Conservação de Proteção Integral, essa proporção era menor (2,1%). Já as Terras Indígenas apresentavam 1,5% do total de suas áreas desmatado. Além disso, uma vasta rede de estradas ilegais avança sobre as Áreas Protegidas. Boa parte dessas vias está associada à exploração madeireira ilegal, principalmente no Pará e Mato Grosso.

CONCEITOS E AUTORES

Especialmente no desenvolvimento da segunda etapa da pesquisa, de seleção e estudo dos casos, alguns conceitos centrais, como *campo midiático*, *modernização e midiaticização periférica*, irão orientar a compreensão e análise dos dados.

Numa perspectiva interdisciplinar recorreremos à análise sociológica propiciada pela Teoria dos Campos Sociais, de Bourdieu (1986), aporte teórico central da pesquisa de campo e posterior discussão e análise. A teoria dos campos de Bourdieu (1986) se constitui, de forma ampla, numa sociologia do poder com alto teor explicativo do princípio da organização social em qualquer sociedade. O autor parte de uma visão topológica da sociedade, que seria formada por uma pluralidade de espaços relativamente autônomos, denominados “campos”, entendidos como microcosmos dotados de sentido e regras próprias e capazes de definir modos específicos de dominação e, conseqüentemente, de resistência e reação. O campo em disputa sob foco central desta pesquisa é de forma imediata o campo da comunicação, mais especificamente o sub-campo ou *campo midiático*, no qual as rádios comunitárias como meios alternativos se inserem, porém relacionado direta ou indiretamente ao campo do desenvolvimento, na medida em que busca como referência e localização processos de intervenção que imprimam mudanças (e por conseguinte conflitos de interesse) na região pesquisada.

Campo midiático e campo do desenvolvimento

A noção de campo de Bourdieu se constitui em fundamento teórico-metodológico essencial a este trabalho, na medida em que permite sistematizar no trabalho de campo a coleta de dados e estruturar a análise e discussão, a partir da contextualização radical do fenômeno estudado.

Bourdieu busca explicar os mecanismos de organização e reprodução social a partir de uma visão pluridimensional do espaço social, permanentemente dividido entre dominantes e dominados e ordenado em campos regidos por regras, lógicas e valores próprios. Entre dominantes e dominados há uma permanente tensão: aqueles que são dominantes se esforçam por manter o controle e preponderância do capital e posição que possuem, enquanto os dominados visam modificar a configuração que os desfavorece. Entre a conservação e a subversão é que se estabelecem os mecanismos de reprodução do campo (BOURDIEU, 1986).

As relações existentes dentro de cada campo – político, cultural, religioso, etc. – dependem do poder e força que cada ator exerce no seu devido campo de atuação. O que determina esse poder são propriedades atuantes, consideradas como princípios de construção do espaço social, ou seja, as diferentes espécies de capital, sob a forma de capital simbólico. No campo científico pôr exemplo, o capital simbólico não é apenas o *saber*, mas o reconhecimento deste saber, firmado na forma de titulação acadêmica e publicações. No campo político, o capital em jogo é o *crédito político*, de puro valor fiduciário, ou seja, baseado na ambiguidade da fidelidade partidária ou eleitoral (BOURDIEU, 1989).

No campo da comunicação, o que vale também para seu sub-campo midiático – o qual trataremos, por sua centralidade, como campo midiático - o que determina o poder e a legitimidade dos dispositivos em jogo é a capacidade de mobilização do espaço público, de colocar-se como esfera pública legitimada porque consentida e delegada pelos demais campos sociais e revelada pela audiência. Ou seja, são os próprios valores de *mediação* dos fluxos entre os demais campos que definem o campo da comunicação (RODRIGES, 1990; BOURDIEU, 1997). No campo midiático a diferença é que tal mediação entre diferentes atores de campos diversos (ou não) se dá de forma midiaticizada, ou seja, por meio de dispositivos tecnológicos.

No campo do desenvolvimento, por sua vez, é a *decisão* a lógica que define seu regime de funcionamento. Decisão de caráter político, porque diz respeito à capacidade de intervir e provocar mudanças no espaço público, afetando grupos humanos diversos numa determinada região. Da mesma forma que no campo midiático, o campo do desenvolvimento tem em sua natureza o fato de constituir-se como um palco de mediação entre diversos campos sociais. Nesse caso, pode ser entendido como um mega-campo, formado por diferentes atores em diversas escalas (local, regional, nacional, internacional), instâncias (pública e privada, governamental e não governamental) e oriundos de outros campos (campo político, campo econômico, campo jurídico, campo ambiental, campo cultural, campo dos movimentos sociais

etc.), agindo e interagindo com o objetivo de alterar as condições ou meios de vida de determinada localidade ou grupo social, ainda que difiram quanto aos métodos utilizados e aos resultados pretendidos. Nesse processo a comunicação desempenha papel altamente relevante, na medida em que a decisão em jogo se define a partir de um embate de agenda de interesses, determinada pela capacidade de imposição de uma certa visão dominante de mundo, visão esta que se forma, influencia, confirma-se, multiplica-se ou se altera por meio da comunicação exercida cada vez mais no campo midiático.

Por campo midiático referimo-nos à comunicação em sua modalidade *mediatizada* (SANTAELLA, 2002), i.e, aquela comunicação que necessita de um intermediário tecnológico para que se realize e diz respeito especialmente, ainda que não apenas, aos meios de comunicação de massa para transmissão de informações e notícias (jornais, rádio, revistas, televisão), potencializados nas últimas décadas pela emergência de uma rede de comunicação planetária via redes de teleinformática. Comunicação mediatizada que se torna na sociedade contemporânea o principal operador de sentidos sobre o que sabemos e entendemos do mundo ao nosso redor.

Para discutir a formação e funcionamento das emissoras comunitárias como espaços públicos de reação ou resistência (mídias alternativas) no campo midiático de regiões periféricas (como a Amazônia), acionaremos autores latino-americanos, em especial Martín-Barbero (2004) e sua Teoria das Mediações, mas também autores como Jessé Souza (2003) e Milton Santos (2007).

O que todos esses autores têm em comum é a percepção da singularidade dos processos de desenvolvimento de países de modernização recente, como o Brasil, onde a desigualdade surge como a mais persistente e dramática contradição, uma desigualdade que permeia todos os campos e que se revela emblemática naqueles campos mais estratégicos à manutenção do *status quo*, como o da comunicação, palco principal onde se operam sentidos e se formam e reformam opiniões públicas sobre visões em torno de um grupo ou região.

Modernização periférica

O conceito de “modernização periférica” desenvolvido por Jessé Souza (2003) se refere a processos de intervenção pensados de “fora pra dentro”, que se instalam como visão dominante e que interpretam o desenvolvimento como um processo de transição de um estado tradicional a um estado de modernização que só pode irradiar de um centro, como modelo de sociedade moderna a ser seguido, para a periferia, nessa perspectiva vista como sinônimo de atraso. Modelo que se fortalece no século

XIX e se consolida no século XX no pós-guerra com as teorias da modernização com forte rebatimento na Amazônia (LERNER, 1958; ROSTOW, 1961; LERNER e SCHRAMM, 1973).

Para Jessé Souza (2003), a desigualdade social de países periféricos de modernização recente como o Brasil não advém do fato de sermos "insuficientemente" modernos devido a uma "suposta herança pré-moderna e personalista", baseada em categorias como "familismo, personalismo e patrimonialismo" – vícios estruturais da política e da sociedade brasileira, como defendem as interpretações sociológicas clássicas. As desigualdades viriam "precisamente do fato contrário", ou seja, como resultante de um efetivo processo de modernização de grandes proporções que toma o país paulatinamente a partir do início do século XIX (SOUZA, 2003, p. 17).

Um processo que ele denomina de "modernização periférica", que consiste na transferência, sem mediações, de visões e práticas impessoais da Europa para sociedades tradicionais, como a brasileira. Para discutir o que ele chama de "naturalização da desigualdade brasileira" a partir da modernização periférica, Souza busca duas noções que nos parecem altamente relevantes para o cenário amazônico: a discussão da temática do *reconhecimento social* que tem como base a cidadania jurídica e política a partir das reflexões de Charles Taylor, e a crítica à naturalização das relações sociais de dominação contida na teoria do *habitus* de Pierre Bourdieu e sua ênfase no aspecto "automático" dos diferentes comportamentos.

Como explica o autor, instituições como Estado e mercado, assim como as demais práticas sociais e culturais, já possuem implícita certa interpretação "do que é bom, do que é valorável perseguir." A nossa identidade será então formada pelas identificações e escolhas providas por este pano de fundo valorativo, seja por afinidade, seja por oposição a elas (2003, p. 24). O nosso reconhecimento, enquanto indivíduo, grupo ou território também irá advir desse quadro de valores, entendidos como as "precondições sociais necessárias à atribuição de respeito e auto-estima" (SOUZA, 2003, p. 34). Ao longo do tempo, o não-reconhecimento vai gerando um entendimento implícito em relação ao indivíduo, ao grupo ou lugar. Um pré-conceito que *naturaliza as desigualdades*, como acontece em sociedades periféricas como a brasileira e mais especificamente a amazônica.

A noção de "reconhecimento" é nesse sentido preciosa para pensarmos a formação das identidades individual e coletiva, ainda mais levando-se em conta a Amazônia, território singular, duplamente periférico: historicamente isolado, explorado como um gigante natural a partir de interesses externos desde a colonização, porém diminuído

social e politicamente pelo discurso e o olhar de fora, “de lá”, do eterno ‘descobridor’, como coloca Dutra (2005), mas também pelo olhar “de cá”, nativo, que internaliza e reproduz no espelho as visões exógenas sobre si e seu próprio lugar, visões que circulam e se reafirmam pelos fluxos midiáticos.

Midiatização periférica

O termo “mídia”, como matriz semântica do processo de midiatização, significa *strito sensu* meio (*médium*) tecnológico, mas deve ser entendido não apenas como meio de comunicação social para transmissão de informações e mensagens - como o rádio, a televisão, os jornais, o cinema, incluindo também a crescente rede de comunicação planetária via redes de teleinformática, mas especialmente, segundo Paiva (2008), como um dispositivo capaz de influenciar significativamente, “das formas mais diversificadas, a vida cotidiana e a atuação política dos indivíduos – a maneira como agem, sentem, desejam, lembram, convivem e resistem” (PAIVA *et al*, 2008, p.7).

Tal amplitude se dá pelo intenso processo de valorização do chamado campo midiático, onde a função de *mediação* entre os diversos campos sociais - que vem a ser justamente a característica que distingue e determina o regime de funcionamento do campo da comunicação (BOURDIEU, 1986; RODRIGUES, 1997) - se estabelece por meio do uso de um *medium* tecnológico. A essa *mediação midiática* das diferentes agendas de interesses em jogo entre os campos sociais (Política, Economia, Cultura, Ciência etc.) é que denominamos processo de *midiatização*.

Essa prevalência da lógica comunicativa-midiática como fator central da modernidade radicalizada se dá nos dias de hoje mesmo em sociedades periféricas, ainda que em gradações de alcance e inovação diferenciadas e, portanto, com níveis de apropriação e influência também distintos, mesmo que a partir da mesma lógica modernizante de caráter exógeno. É o que chamamos de *midiatização periférica*, resultado das precariedades estruturais e vícios institucionais que se instalam em países de modernização recente, como o Brasil e vários países da América Latina, Central, África e Ásia, onde durante décadas imperou o subdesenvolvimento antidemocrático baseado na dependência externa (BELTRÁN, 2005). Nesses locais, consolidou-se um modelo de comunicação também autoritário, onde se privilegiou o crescente controle dos meios nas mãos de uma minoria e a expansão do acesso passivo aos meios pela maioria, meios notadamente de caráter instrumental para a manutenção do *status quo*.

Em locais periféricos, isolados pelas grandes distâncias e precária infra-estrutura, o acesso às tecnologias estão contingenciadas pela localização geográfica. Como diz

Milton Santos, o lugar onde se mora no mundo contingencia escolhas, na medida em que as possibilidades de acesso definem o aporte a recursos, bens e serviços. A “periferia”, segundo Santos (2007), vem a ser, assim, o lugar onde se é duplamente penalizado: pelos processos de segmentação (de trabalho e classe social) característicos do capitalismo e pelo modo territorial de distinção e desigualdades (SANTOS, 2001, p.139).

Na Amazônia, considerada “a periferia da periferia”, esta situação de desigualdade se aprofunda na medida em que, inúmeras vezes sequer é ofertado o bem social na forma mercantil. Isso vale para todos os setores que demandam bens sociais públicos. No setor da comunicação, reconhecido (mas não exercido de fato) como um direito humano fundamental, isso significa mais do que não ter acesso a um bem mercantil ou à informação. Dentro da lógica atual, é não estar inserido, incluído, “conectado” ao mundo. No extremo, indivíduos, coisas ou lugares que não (se) comunicam e sobre as quais nada se fala, permanecem invisíveis, não existem na *esfera pública* contemporânea. Ou seja, não têm voz nem vez na arena comunicativa, palco da encenação política contemporânea onde se desenrolam as disputas de poder entre os atores sociais.

Os grupos sociais que habitam as franjas das regiões periféricas, como é o caso dos rincões da Amazônia, muitas vezes nem mesmo participam como *plateia* da esfera pública - ou seja, estão alijados do processo democrático de participação porque não se inserem de forma politicamente influente neste fórum aberto onde se travam as disputas entre os atores sociais. Nesse sentido, as mídias alternativas de forma geral e as rádios comunitárias de forma específica tendem a ocupar um papel importante no processo de empoderamento e articulação dos interesses locais dessas comunidades, por meio do fortalecimento de um processo discursivo mais democrático, a partir da emergência de novas institucionalidades com base no protagonismo local.

Objetivos e metas a serem alcançados

Objetivo Geral:

Mapear e analisar as estratégias comunicacionais das rádios comunitárias como mídia cidadã na Amazônia, entendendo mídia cidadã como o meio comunicativo que se origina e/ou desenvolve-se como um projeto político-

cultural capaz de promover cidadania na comunidade onde atua, sendo assim capaz de contribuir para a geração de consciência política e de mudanças sociais.

Objetivos Específicos (por etapas)

Primeira etapa: levantamento e mapeamento de dados

- ✓ pesquisa bibliográfica e documental sobre as temáticas consideradas na pesquisa;
- ✓ desenvolvimento de um banco de dados para pesquisa;
- ✓ levantamento de dados secundários quantitativos (Minicom) das rádios comunitárias licenciadas (em status definitivo e provisório) nos municípios dos Estados da Amazônia Legal;
- ✓ levantamento de dados secundários (Minicom/Anatel) dos demais meios eletrônicos massivos de comunicação existentes (rádio e tv), nos municípios da Amazônia Legal;
- ✓ levantamento das Áreas de Proteção (Unidades de Conservação Integral e de Uso Sustentável) na Amazônia Legal;
- ✓ levantamento das grandes obras de impacto na região, de caráter privado ou público, considerando neste último o PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) do governo federal e a IRRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana)
- ✓ sistematização cruzamento dos dados georeferenciados levantados;
- ✓ construção, em meio digital, de mapas descritivos e analíticos dos dados levantados e cruzados de rádios comunitárias licenciadas (em caráter provisório e definitivo) na Amazônia, localizadas em áreas de potenciais conflitos socioambientais ou em curso, por disputa de território ou pelo uso dos recursos naturais;
- ✓ elaboração de relatório com os resultados da primeira etapa da pesquisa.

Segunda etapa: estudo de casos

- ✓ identificação e seleção, a partir do mapeamento realizado na primeira fase do projeto, de quatro (04) casos para estudo de emissoras sediadas em localidades amazônicas afetadas por disputa de território ou conflitos por uso de recursos naturais, seja em caráter potencial pelas obras e/ou ações previstas ou em curso pela realidade apresentada;

- ✓ através de estudo de caso, observar os modos de operação e funcionamento das rádios comunitárias selecionadas e a inserção e interação das mesmas no campo midiático da localidade onde se situam e no campo do desenvolvimento que afeta diretamente sua comunidade;
 - ✓ levantar por meio de escuta a programação das emissoras selecionadas e as formas de produção da informação veiculada;
 - ✓ analisar de forma geral o conteúdo informativo produzido pelas emissoras estudadas e de forma específica os conteúdos produzidos sobre fatos, eventos ou situações que digam respeito a conflitos socioambientais, potenciais ou em curso, relacionados a grandes obras de impacto ou Áreas de Proteção existentes ou previstas na localidade ou região;
 - ✓ verificar as fontes de informações acionadas pela emissora na produção desses conteúdos acima referidos e sua capacidade de promover o protagonismo local nas decisões que afetam o bem-estar da comunidade onde elas, as emissoras comunitárias, estão sediadas;
 - ✓ analisar os limites (marco-regulatório, recursos humanos, produção de conteúdo e gestão) e as possibilidades das rádios comunitárias estudadas atuarem de fato como mídia cidadã em suas localidades;
 - ✓ desenvolvimento, a partir da análise e discussão dos dados (quantitativos e qualitativos) levantados nas duas fases da pesquisa, de uma cartografia descritiva e analítica das rádios comunitárias na Amazônia a partir da relação entre comunicação cidadã e desenvolvimento sustentável;
- Elaboração do relatório final da pesquisa e publicação dos resultados obtidos.

Metas:

- Formar grupo de pesquisa sobre rádios comunitárias na Amazônia, a partir da perspectiva da comunicação cidadã e o desenvolvimento sustentável, estimulando a formação de uma rede de pesquisadores de IES da região amazônica;
- Promover a integração junto à Rede Brasileira de Mídia Cidadã e ao Grupo de Pesquisa de Rádio e Mídia Sonora da Intercom de pesquisadores da e na Amazônia que estudam a temática das rádios comunitárias;
- Estabelecer uma rede regional, nacional e perspectivamente, pan-amazônica, de pesquisa na área;
- Produzir cartografia em meio digital com os resultados quantitativos e qualitativos da pesquisa para disponibilização e acesso livre na internet;

- Influenciar a partir dos resultados da pesquisa a elaboração de ações e políticas públicas que fortaleçam as rádios comunitárias como mídia cidadã na Amazônia.

Metodologia a ser empregada

A proposta de pesquisa aqui apresentada será desenvolvida em duas etapas, com objetivos específicos distintos e metodologia diferenciada. Na primeira etapa, de caráter mais francamente quantitativo, considerada como a fase de mapeamento e identificação do cenário de pesquisa, serão levantados e cruzados dados secundários georeferenciados: 1) das emissoras comunitárias licenciadas pelo governo; 2) dos demais meios massivos de comunicação existentes em localidades dos Estados que formam a Amazônia Legal; 3) das Áreas de Proteção (Unidades de Conservação Integral de de Usos Sustentável) criadas ou previstas e 4) das grandes obras de impacto (públicas ou privadas) em construção ou previstas na região amazônica.

Nessa primeira fase, a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica são caminhos naturais diante da urgência de ampliar os conhecimentos relativos à temática, especialmente no que diz respeito ao dimensionamento e delimitação do universo a ser pesquisado.

Na segunda fase, de caráter exploratório e qualitativo, serão selecionados, a partir do mapeamento concluído na fase anterior, quatro (4) casos de emissoras comunitárias licenciadas e em funcionamento em localidades amazônicas afetadas por situações de conflito socioambiental potencial ou em curso para fins de estudo de caso (Yin, 1994).

O estudo de caso, segundo Yin (1994), “é uma pesquisa empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto de vida real, quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes” (Yin, 1994: 32). A principal tendência em todos os tipos de estudo de caso é tentar esclarecer “uma decisão ou um conjunto de decisões: o motivo pelo qual foram tomadas, como foram implementadas e com quais resultados” (idem), o que se aplica bem à análise do tema e objeto propostos.

Por meio de ferramentas metodológicas diversas (observação direta, entrevista semi-estruturada, escuta e gravação) será analisada a programação das emissoras selecionadas, por meio de análise de conteúdo, no intuito de verificar se e como, por meio do acionamento de que fontes, estas emissoras estão produzindo informação

sobre as situações de impacto socioambiental em sua localidade ou região. Estaremos também identificando a partir da noção de *campo midiático* de Bourdieu (1986) a posição dessas rádios comunitárias no jogo de forças entre os atores envolvidos.

A entrevista semi-estruturada é aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante (TRIVINÓS, 1987, p. 146). Os dados coletados a partir desse tipo de entrevista são analisados, na maior parte das vezes, qualitativamente..

Nesta segunda fase, procurar-se-á integrar pesquisadores de outras IES na região amazônica, tanto para o desenvolvimento da coleta de dados e análise de casos como para compor uma rede de pesquisa sobre o tema na região. Para tanto, buscar-se-á o apoio de organizações de pesquisadores como o GP de Rádio e Mídia Sonora da Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação) e da Rede Brasileira de Mídia Cidadã, das quais a coordenadora desta proposta faz parte.

A partir do trabalho de campo pretende-se entender as estratégias e mediações estabelecidas pelas rádios comunitárias para existirem e funcionarem, o que acreditamos, nos levará a compreender também o impacto dessas interações na definição de sua programação e produção de conteúdos relevantes para o foco da pesquisa.

Principais contribuições científicas ou tecnológicas da proposta

- Publicação de livro digital multimídia contendo a cartografia descritiva e analítica produzida pela pesquisa, disponibilizada em rede para acesso livre;
- Produção de um relatório técnico a cada ano;
- Publicação de artigos científicos apresentando e discutindo os resultados do projeto (sendo ao menos um (1) artigo em periódico no extrato Qualis A e dois (2) artigos em periódico no extrato Qualis B1/B2);
- Estímulo e geração de insumos para o desenvolvimento de Trabalhos de Conclusão de Curso, dissertações de mestrado e doutorado a partir de dados coletados pelo projeto;
- Inclusão de conteúdo nas seguintes disciplinas do PPGCOM-UFPA:
 - Estudos de Temas Amazônicos
 - Estratégias Institucionais em Comunicação na Amazônia

- Inclusão de conteúdo nas seguintes disciplinas da graduação em Comunicação da UFPA:
 - Introdução ao Radiojornalismo
 - Laboratório de Radiojornalismo
 - Estudo de Temas Amazônicos I
 - Estudo de Temas Contemporâneos
- Comunicação da pesquisa em Congressos, Seminários e Colóquios, em âmbito local, regional, nacional e internacional.

Orçamento detalhado

Itens de Custeio (Serviço de Terceiros)

Item	Finalidade	Mês de Desembolso	Quant.	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
Implantação Banco de dados	Pagamento de Pessoa Física (PF) ou Pessoa Jurídica (PJ) para elaborar e implantar banco de dados da pesquisa	2º. mês	1	3.000,00	3.000,00
Design e desenvolvimento da cartografia das rádios comunitárias na Amazônia	Pagamento de Pessoa Física (PF) ou Pessoa Jurídica (PJ) para elaboração de mapas georeferenciados	8º mês	1	8.000,00	6.000,00
Itens de Custeio (Serviços de Terceiros) Total (R\$)					9.000,00

Itens de Custeio (Passagens e diárias)

Item	Finalidade	Mês/Ano Desembolso	Quant.	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
Passagens aéreas de Belém para quatro localidades amazônicas (a definir na primeira etapa da pesquisa)	Pesquisa de Campo (estudo de caso) – (dois pesquisadores por viagem)	10º. mês 12º mês 14º. mês 16º mês	8	1.220 (média de preço entre as capitais amazônicas)	9.760,00
Diárias para dois integrantes da equipe em quatro idas a campo com permanência de cinco dias em cada cidade.	Pesquisa de Campo (estudo de caso)	10º. mês 12º mês 14º. mês 16º mês	40	187,83	7.513,20
Itens de Custeio (Passagens e diárias) Total (R\$)					17.273,20

Itens de Capital

Item	Finalidade	Mês/Ano Desembolso	Quant.	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
Ultrabook - Tela LED 13,3", 4GB de memória, HD de 320GB e SSD de 32GB - Intel® Core(TM) i5	Para uso da pesquisa	1º. mês	1	3.000,00	3.000,00
HD externo de 01 Terabytes	Arquivamento de banco de dados da pesquisa	1º. mês	1	500,00	500,00
Itens de Capital Total (R\$)					3.500,00
Total Custeio + Capital					29.773,20

Cronograma Físico -Financeiro

PRIMEIRO ANO

Elementos de despesas/Mês	Rubrica	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Valor Total (R\$)
Material Permanente	Capital	3.500,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.500,00
Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica ou Física (Banco de dados da pesquisa)	Custeio	-	3.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.000,00
Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica ou Física (design e elaboração de mapas georeferenciados)	Custeio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.000,00	-	-	6.000,00
Passagens e diárias	Custeio			-	-	-	-	-	-	-	4.318,30	-	4.318,30	8.636,60
Totais (R\$)		3.500,00	3.000,00								10.318,30		4.318,30	21.136,60

SEGUNDO ANO

Elementos de despesas/Mês	Rubrica	1	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	Valor Total (R\$)
	a	3												
Passagens e Diárias	Custei	-	4.318,30	-	4..318,30	-	-	-	-		-	-	-	8.636,60
Totais (R\$)		-		-	-	-	-	-	-		-	-	-	8.636,60

TOTAL GLOBAL: R\$ 29.773,20 (Vinte e nove mil, setecentos e setenta e três reais e vinte centavos)

Identificação dos demais participantes do projeto

Equipe				
Nome	Titulação	CPF	Função no projeto	Instituição
Rosane Steinbrenner	Doutora	505.130.879.15	Coordenadora/pesquisadora	FACOM- UFPA PPGCOM (colaboradora)
Otacílio Amaral	Doutor	029.223.632-87	Vice-coordenador/pesquisador	FACOM – PPGCOM UFPA
Vanja Joice Bispo Santos	Mestre	199.396.802 -44	Pesquisadora	LabCom Multimídia/MPE G
Lara Lages	Mestranda	765.281.462-68	Pesquisadora	PPGCS -UFPA
Brunella Velloso	Graduanda	002080612-40	Aluna	FACOM-UFPA
Lorena Saraiva da Silva	Graduanda	009.895.572-19	Aluna	FACOM -UFPA
Demais pesquisadores (a definir)				
Demais alunos do Grupo de Estudo (a definir)	Graduandos			
Consultores para temáticas socioambientais (a definir)	Doutores		Consultores	NAEA – UFPA FASE – Amazônia MPEG - PPBIO

Descrição sucinta das atividades a serem desenvolvidas

A equipe do projeto, responsável pela condução de suas investigações e análise, é composta

- da coordenadora, com vínculo direto com a UFPA, lotada no Instituto de Letras e Comunicação como o professora adjunta (1) na Faculdade de Comunicação (FACOM) e professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM), em fase de preparação para atuar como membro efetivo na linha de pesquisa Estratégias de Comunicação Midiática na Amazônia;

- do vice-coordenador, com vínculo direto com a UFPA, lotado do Instituto de Letras e Comunicação como professor Associado, diretor do ILC e professor efetivo do PPPGCOM com atuação na linha de pesquisa Mídia, Cultura e Amazônia;
- de pesquisadores, a ampliar e definir, idealmente lotados em IES de diferentes Estados da região amazônica;
- de alunos graduandos, em grande parte a serem selecionados para comporem o grupo de estudo sobre o tema da pesquisa (*comunicação cidadã e desenvolvimento sustentável na Amazônia*).
- *de consultores (a definir) oriundos de centros de pesquisa na Amazônia com expertise nos temas socioambientais que dialogam com a comunicação na pesquisa (desenvolvimento, sustentabilidade, biodiversidade, grandes obras) – Museu Paraense Emilio Goeldi; Núcleo de Altos Estudos Amazônicos ; IMAZON, FASE Amazônia.*

Atividades da Coordenadora do Projeto (Prof^a Dra Rosane Maria Albino Steinbrenner)

- Levantamento, leitura e sistematização de bibliografia recente sobre a temática, para construir o suporte teórico à temática da pesquisa, com a equipe;
- Realização de oficinas com a equipe da pesquisa, com a finalidade de sistematizar a condução do projeto;
- Realização de grupo de estudo com temáticas específicas que envolvem o desenvolvimento da pesquisa sobre mídia cidadã e desenvolvimento sustentável na Amazônia;
- Participação em eventos que tratem sobre temáticas ligadas à pesquisa;
- Realização de curso e/ou palestras/seminários, com a equipe;
- Preparação e elaboração dos artigos para publicação em periódico científico, livros e/ou apresentação em encontros acadêmicos na área de comunicação, com a equipe;
- Orientação de TCCs, monografias, dissertações ou teses voltados a objetos de estudo que contemplem a temática;
- Discussão dos resultados da primeira fase da pesquisa e definição da metodologia e critérios de seleção, estudo e análise dos casos selecionados;

- Discussão com a equipe e consultores dos resultados quantitativos e qualitativos obtidos e definição das formas de sistematização da cartografia e de divulgação da mesma;
- Levantamento, com a equipe, da metodologia e conclusões da pesquisa a serem disponibilizadas e incorporadas em disciplinas obrigatórias e optativas da graduação, curso de extensão e atividades complementares constantes do currículo do curso de Comunicação Social;
- Elaboração com a equipe dos relatórios parcial e final a partir de descrição analítica, apresentando as conclusões teóricas e práticas resultantes da pesquisa.

Atividades do vice-coordenador

- Participação em oficinas com a equipe da pesquisa, com a finalidade de sistematizar a condução do projeto;
- Participação de grupo de estudo com temáticas específicas que envolvem o desenvolvimento da pesquisa sobre mídia cidadã e desenvolvimento sustentável na Amazônia;
- Participação em eventos que tratem sobre temáticas ligadas à pesquisa;
- Participação em curso e/ou palestras/seminários, com a equipe;
- Preparação e elaboração com a equipe, de artigos para publicação em periódico científico, livros e/ou apresentação em encontros acadêmicos na área de comunicação;
- Orientação de TCCs, monografias, dissertações ou teses voltados a objetos de estudo que contemplem a temática;
- Discussão dos resultados da primeira fase da pesquisa e definição da metodologia e critérios de seleção, estudo e análise dos casos selecionados;
- Discussão com a equipe e consultores dos resultados quantitativos e qualitativos obtidos e definição das formas de sistematização da cartografia e de divulgação da mesma;
- Discussão, com a equipe, sobre os procedimentos metodológicos utilizados e conclusões obtidas na pesquisa a serem disponibilizadas e incorporadas em disciplinas obrigatórias e optativas da graduação, curso de extensão, elaboração de monografias e dissertações e atividades complementares constantes do currículo do curso de Comunicação Social.

Atividades dos alunos integrantes do Grupo de Estudo

- Atualização bibliográfica;
- Levantamento, leitura e sistematização de bibliografia recente sobre a temática, para construir o suporte teórico à temática da pesquisa;
- Levantamento dos dados secundários que formam o banco de dados da pesquisa e serão utilizados na elaboração da cartografia proposta pela pesquisa;
- Participação no grupo de estudo, visando ao fortalecimento da linha de pesquisa nos estudos sobre a mídia cidadã e desenvolvimento sustentável;
- Participação em curso e/ou palestras/seminários, com a equipe;
- Participação na preparação e elaboração dos artigos para publicação em periódico científico, livros e/ou apresentação em encontros acadêmicos na área de comunicação, com a equipe;
- Participação na elaboração dos relatórios parcial e final, com a equipe e a coordenadora.

Atividades dos consultores

- Participação em oficinas com a equipe da pesquisa, com a finalidade de orientar e dimensionar a pesquisa bibliográfica e documental em torno dos temas socioambientais;
- Participação em curso e/ou palestras/seminários para treinamento sobre os temas que fazem interface com a comunicação na pesquisa;
- Discussão com a equipe, sobre a abordagem temática em artigos a serem produzidos para publicação em periódico científico, livros e/ou apresentação em encontros acadêmicos na área de comunicação;
- Discussão com a equipe dos resultados quantitativos e qualitativos obtidos e definição das formas de sistematização e divulgação da cartografia;

Grau de interesse e comprometimento de empresas com o escopo da proposta, quando for o caso

Não é o caso desta proposta.

Indicação de colaborações ou parcerias já estabelecidas com outros centros de pesquisa na área

Na região amazônica praticamente não existe pesquisa sobre rádio, ainda menos sobre radiodifusão comunitária. Um claro indicador dessa realidade rarefeita na região foi apresentado durante as comemorações dos 20 anos do GP Rádio e Mídias Sonoras do Intercom (2011), um dos mais ativos e produtivos grupos de pesquisa da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Estudo organizado por sua coordenadora, professora Dra. Nair Prata revelou que apenas dois por cento (2%) dos pesquisadores do grupo estão vinculados à IES situadas na Região Norte. Nesse sentido, estimular e promover a criação de grupo de pesquisa sobre o tema na região, assim como a identificação e integração de pesquisadores na região ao projeto são desafios e metas desta proposta que deverão ser apoiadas por organizações de pesquisa estabelecidas nacionalmente em rede, como o próprio GP da Intercom e a Rede Brasileira de Mídia Cidadã, vinculada à Cátedra Unesco de Comunicação e Desenvolvimento (UMESP), entidades das quais a coordenadora da proposta faz parte.

A colaboração com outros centros de pesquisa na região se dará especialmente a partir da consultoria sobre temáticas do universo socioambiental que também integram de forma interdisciplinar a proposta de pesquisa. Nesse sentido, recorreremos como consultores a instituições e pesquisadores que são referência em temas como desenvolvimento sustentável (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA), sustentabilidade e biodiversidade (Museu Paraense Emílio Goeldi), grandes obras na Amazônia (NAEA) e que mantém laços anteriores no campo do ensino, da pesquisa e extensão com a Facom e com a coordenadora do projeto.

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos e a Facom colaboraram no desenvolvimento da pesquisa sobre Rádios Comunitárias na Amazônia paraense: prospecção de cenário e estudo de casos”. A Facom, por meio da Agência Cidadã de Comunicação – projeto de extensão coordenado pela prof^a Steinbrenner – é também parceira do Museu Paraense Emilio Goeldi em projeto de popularização da Ciência ¹².

A colaboração também se dará com a AMARC, Associação Mundial de Rádio Comunitárias, no que tange à discussão e divulgação dos resultados da pesquisa,

¹² Agencia Tubo de Ensaio: a escola no caminho da ciência
www.agenciatubodeensaio.blogspot.com

Disponibilidade efetiva de infra-estrutura e de apoio técnico para o desenvolvimento do projeto

A Faculdade de Comunicação (FACOM) da Universidade Federal do Pará disponibilizará espaço físico, mobiliário e equipamentos (computadores, telefone, impressora, gravadores) para o funcionamento do projeto, que estará sediado junto ao projeto de extensão “Agência Cidadã de Comunicação”, também coordenado pela profa. Steinbrenner.

Estarão disponíveis para uso integral da pesquisa:

Aparelho	Marca/Modelo	Quantidade
CPU	Hp/ 6005	6
	LG	1
	Samsung	1
Monitor	Hp/ Compaq LA1905	6
	AOC/ 712Sa	2
	LG	1
Smartphone	Nokia/ E71	2
Gravador profissional digital	ZOOM H2	1
MP4 Go Gear 8 gb	Phillips	1
Impressora	Xerox/ Phaser 6500	1
Nobreak	Sms New Station/ 700va Bivolt	4

Estimativa dos recursos financeiros de outras fontes que serão aportados pelos eventuais Agentes Públicos e Privados parceiros.

Não é o caso da presente proposta.

REFERÊNCIAS

BARQUERO, Antonio Vázquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística; UFRGS, 2002.

BECKER, Berta. **Amazônia: Geopolítica na virada do III Milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas Híbridas**. Estratégias para entrar e sair da modernidade. 4.ed. 4. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CARVALHO, Guilherme. **Grandes obras de infraestrutura na região amazônica: histórico, tendências e desafios**. Belém: Fase, 2011. mimeo

CASTRO, Edna. Estado e Políticas Públicas na Amazônia em face da globalização e da integração de mercados. In. Coelho, E. Martins, Hurtienne, T. (orgs). **Estado e Políticas Públicas na Amazônia**, Belém. Cejup, 2001.

DAGRON, Alfonso Gumurcio. **Haciendo Olas: Historias de comunicación participativa para el cambio social** / Informe para La Fundación Rockefeller. Nova York: The Rockefeller Foundation, 2001. Disponível em: <http://www.bantaba.ehu.es/sociedad/files/view/haciendoolas.pdf?revision%5fid=62865&package%5fid=56434>. Acesso em: 16 ago. 2010.

GEERTZ, Clifford. **Por uma teoria interpretativa da cultura**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

HALL, Antony L.. **Desenvolvimento para quem?: desmatamento e conflito social no programa Grande Carajás**. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

LERNER, D. **The Passing of Traditional Society, Modernizing the Middle East**. Glencoe: Free Press, 1958. Mimeo.

LERNER, Daniel; SCHRAMM, Wilbur. **Comunicação e mudança nos países em desenvolvimento**. Prefácio de Lyndon Johnson. São Paulo: Melhoramentos: Universidade de São Paulo, 1973.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**. Comunicação, cultura e hegemonia. Prefácio: Néstor García Canclini. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

MONTEIRO DA COSTA, José Marcelino. Ocupação, integração e desenvolvimento da Amazônia: 60 anos de ação federal. In: MENDES, Armando Dias (org). **Amazônia. Terra & Civilização: uma trajetória de 60 anos**. v.2. Belém: Banco da Amazônia, 2003.

MORAIS, Fernando. O sonho da Transamazônica acabou (1974) In: **Cem quilos de ouro (e outras histórias de um repórter)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

MOTA, Carlos Renato. As Principais teorias e práticas de desenvolvimento. In: BURSZTYN, Marcel (Org.) **A Difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

PAIVA, Raquel. Para reinterpretar a comunicação comunitária. In: Raquel Paiva. (Org.) **O retorno da comunidade: os novos caminhos do social**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. Pp.133-148.

PERUZZO, Cicília M. K. **Comunicação nos Movimentos Populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor**. ECO-Pós, v.12, n.2, maio-agosto 2009, p.46-61.

ROSTOW, W. **Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não-comunista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SANTAELLA, Lúcia. A crítica das mídias na entrada do século XXI. In: **Crítica das práticas midiáticas: da sociedade de massa às ciberculturas**. José Luiz Aidar Prado (Org.). Sao Paulo: Hacker Editores, 2002. Pp.44-57

SANTOS, Milton. **O Espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, Jessé. **A Construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003. STEINBRENNER, Rosane e HURTIENNE, Thomas. **Mídia Alternativa para um desenvolvimento alternativo na Amazônia**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL 336 —AMAZÔNIA, FRONTEIRAS DO CONHECIMENTOII, 2008. **Anais...** Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, UFPA, 2008a.

STEINBRENNER, Rosane Maria Albino. **Rádios Comunitárias na Transamazônica: Desafios da comunicação comunitária em regiões periféricas**. 386 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). Belém: 2011, UFPA.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VERÍSSIMO, Adalberto; ROLLA, Alícia; VEDOVETO, Mariana; FUTADA, Sílvia de M. **Áreas Protegidas na Amazônia brasileira : avanços e desafios**, Belém: Imazon; São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. Trad. Daniel Grassi – 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. 205 p.